

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

2014

Tópicos	Índice
Destaques	Página 1
Apresentação dos Resultados	Página 2
Sumário Executivo	Página 2
Sobre a Concessão	Página 3
Tarifas e Tráfego	Página 4
Receitas	Página 5
Custos e Despesas	Página 6
EBITDA	Página 7
Resultado Financeiro	Página 8
Principais Obras e Investimentos	Página 10
Responsabilidade Socioambiental	Página 12
Demonstrações Financeiras	Página 13

Relações com Investidores:

Ricardo Jorge Dias de Oliveira

*Diretor Administrativo e Financeiro
e de Relações com Investidores / CFO*

Thiago Jordão Rocha

*Gerente de Controladoria
e de Relações com Investidores*

Tel.: (11) 4602-7900

Fax: (11) 4602-8069

Email: ri@rodoviasdotiete.com.br

www.rodoviasdotiete.com.br/ri

DESTAQUES

- **CRESCIMENTO DE 4,80% NO TRÁFEGO DE EIXOS EQUIVALENTES**
- **MANUTENÇÃO DA COBRANÇA DE EIXOS SUSPENSOS**
- **R\$ 191 MILHÕES DE RECEITA LÍQUIDA**
- **ENTREGA DE 18 KM DE PISTAS DUPLICADAS NA SP-308 DE UM TOTAL DE 25 KM EM OBRA**



APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

As informações financeiras foram preparadas e são apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras – *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”). As informações não contábeis não constituem objeto de revisão por parte dos auditores independentes.

SUMÁRIO EXECUTIVO

O ano de 2014 foi marcado por alterações macroeconômicas no Brasil, como a alta na taxa básica de juros do Banco Central do Brasil (SELIC), passando de 9,90% a.a. em 2013 para 11,65% a.a. em 2014, de acordo com o relatório do COPOM, e o índice oficial de inflação do país (IPCA) foi equivalente a 6,41% no ano de 2014 (IBGE). O Banco Central, através do relatório Focus, estimou para o ano de 2014 um crescimento de 0,15% do Produto Interno Bruto (PIB).

Neste ano, houve crescimento de 4,80% no tráfego acumulado, em eixos equivalentes, comparado com o ano anterior. Foi mantida a cobrança de eixos suspensos iniciada em Julho de 2013.

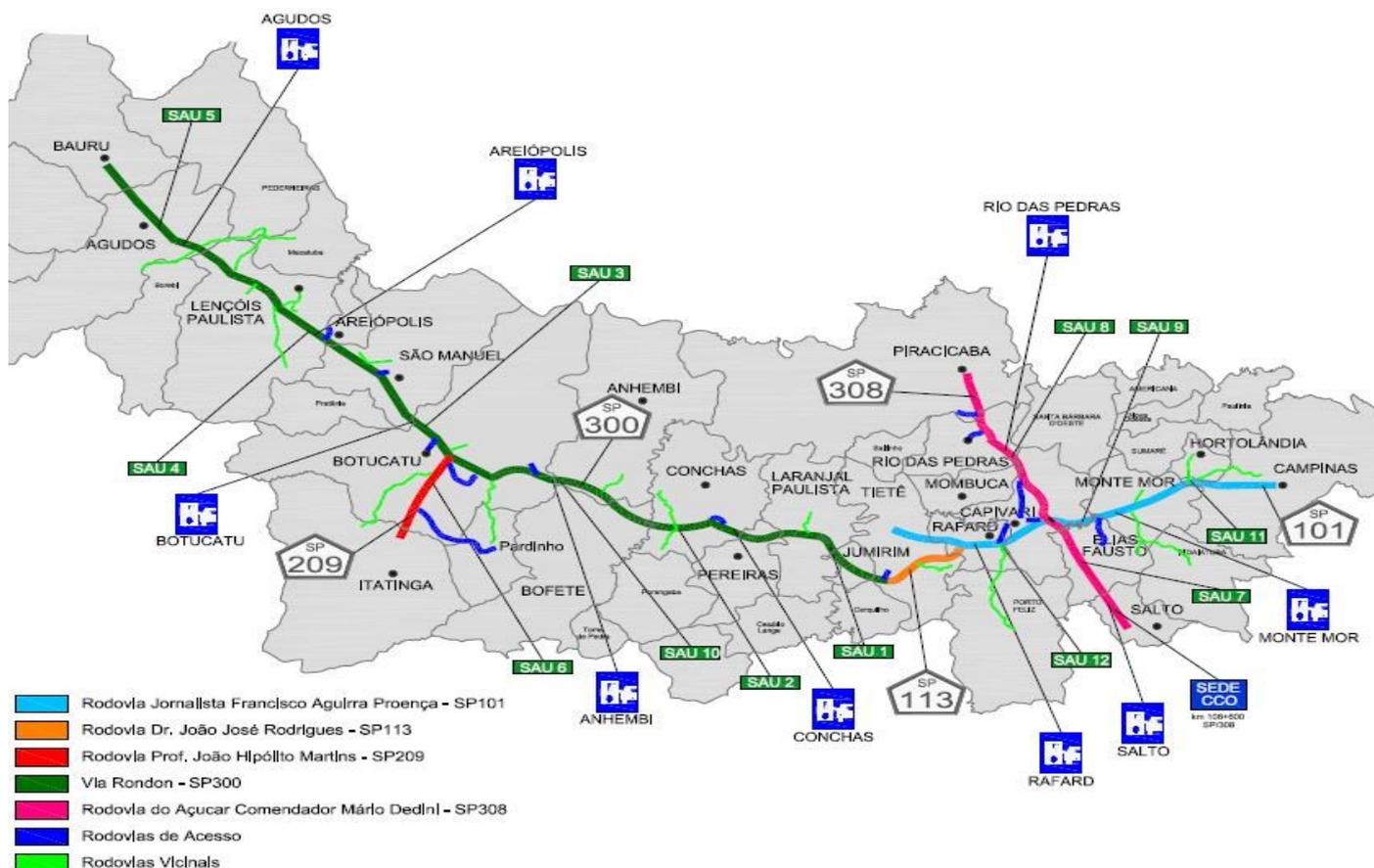
Com relação as principais obras, estão em fase de conclusão o Contorno de Piracicaba, as primeiras fases de duplicação da SP 101 e da SP 308, levando desenvolvimento para a região, maior conforto, segurança e fluidez do tráfego.

SOBRE A CONCESSÃO

Em abril de 2009, a Concessionária Rodovias do Tietê assinou, junto ao Governo do Estado de São Paulo, o contrato de concessão de 30 anos do Corredor Leste da Marechal Rondon. Para a gestão dos mais de 400 km de rodovias e acessos, a Concessionária pagou, em 18 meses, R\$ 517MM a título de outorga fixa.

O trecho concedido é constituído pela SP-101 (Rodovia Jornalista Francisco Aguirre Proença), SP-113 (Rodovia Dr. João José Rodrigues), SP-308 (Rodovia Comendador Mário Dedini), SP-300 (Rodovia Marechal Rondon) e SP-209 (Rodovia Prof. João Hipólito Martins), interligando 25 municípios do interior do Estado de São Paulo.

Durante o período de concessão, serão investidos mais de R\$ 1,3Bi na duplicação de mais de 90 km de vias, construção de 73 km de vias marginais, 87 km de faixas adicionais, 148 km de acostamentos e 24 passarelas. Entre as principais obras estão a duplicação da SP-101 e da SP-308 e a construção do Contorno de Piracicaba que contribuirão com o desenvolvimento econômico da região e proporcionarão mais segurança aos milhares de usuários que utilizam o sistema diariamente.



TARIFAS

Em Julho de 2014 houve reajuste das tarifas de pedágio em 5,44%, abaixo do IPCA divulgado pelo IBGE, em virtude de uma nova metodologia utilizada pela ARTESP. A Concessionária contestou a aplicação desta metodologia, por não estar prevista no Contrato de Concessão.

Praça	Localização	Veículo de Passeio	Eixo Comercial	Motocicletas
1	Monte Mor - km 029+700	R\$ 5,00	R\$ 5,00	R\$ 2,50
2	Rafard - km 055+800	R\$ 3,90	R\$ 3,90	R\$ 1,95
3	Conchas - km 192+100	R\$ 5,20	R\$ 5,20	R\$ 2,60
4	Anhembi - km 228+200	R\$ 5,90	R\$ 5,90	R\$ 2,95
5	Botucatu - km 259+300	R\$ 4,10	R\$ 4,10	R\$ 2,05
6	Areiópolis - km 285	R\$ 4,60	R\$ 4,60	R\$ 2,30
7	Agudos - km 314	R\$ 4,50	R\$ 4,50	R\$ 2,25
8	Salto - km 109+300	R\$ 2,70	R\$ 2,70	R\$ 1,35
9	Rio das Pedras - km 147+300	R\$ 4,00	R\$ 4,00	R\$ 2,00

TRÁFEGO

- ⇒ Crescimento de 4,80% de Eixos Equivalentes no ano de 2014 em comparação com 2013.
- ⇒ Em 2014 verificou-se uma transferência no tráfego da CRT, com diminuição de veículos comerciais leves (2 e 3 eixos) e crescimento de veículos comerciais pesados (4 ou mais eixos). Esta transferência tende a ser mantida com a prática e fiscalização da Lei 12.619 (Estatuto dos Motoristas), que torna o frete de veículos comerciais mais caro devido aos encargos trabalhistas (limite de horas de trabalho), levando as transportadoras a optarem por veículos com maior capacidade de transporte.

Veículos (em eixos equivalentes)	4º Trim. 2014	4º Trim. 2013	Variação (em %)	2014	2013	Variação (em %)
Passeio	5.322.021	5.227.354	1,81%	20.140.024	19.444.642	3,58%
Comerciais Leves	2.532.297	2.638.449	-4,02%	10.011.197	10.699.081	-6,43%
Comerciais Pesados	4.686.848	4.552.934	2,94%	18.377.218	16.160.605	13,72%
TOTAL	12.541.166	12.418.737	0,99%	48.528.438	46.304.327	4,80%

RECEITAS

A Concessionária obteve, em 2014, uma receita bruta com arrecadação de pedágio de R\$203.452 mil (R\$186.110 mil em 2013). Arrecadou, também, R\$6.240 mil (R\$5.432 mil em 2013) a título de receita acessória. Sobre estes valores foram recolhidos ISS (5%), PIS (0,65%) e COFINS (3%) totalizando R\$18.948 mil no período acumulado de 2014 e R\$16.574 mil no ano anterior.

Além disso, atendendo às novas Normas de Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, a Concessionária reconheceu, no período em análise, R\$147.834 mil de receita de construção contra R\$142.238 mil em 2013 com contrapartida nos custos de construção.

De acordo com o CPC30 - Receitas, o reconhecimento da receita dos serviços prestados deve ser feito pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A Concessionária utilizou, para esse fim, margem zero nas receitas oriundas e nos custos incorridos relativos à construção da infraestrutura concedida.

Receitas (em R\$ mil)	4º Trim.2014	4º Trim. 2013	Variação (em %)	2014	2013	Variação (em %)
Receitas de Pedágio	53.910	47.144	14,35%	203.452	186.110	9,32%
Receitas Acessórias	1.521	3.863	-60,62%	6.240	5.432	14,87%
Impostos sobre Receitas	(4.848)	(4.435)	9,33%	(18.948)	(16.574)	14,32%
Receitas Operacionais	50.583	46.573	8,61%	190.743	174.967	9,02%
Receitas de Construção	35.443	35.023	1,20%	147.834	142.238	3,93%
TOTAL	86.026	81.596	5,43%	338.577	317.205	6,74%

Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais refletem os dispêndios com manutenção e conservação da infraestrutura concedida, gastos com pessoal e o custos referentes à outorga variável sobre a arrecadação de pedágio e receitas acessórias. Já os demais custos representam lançamentos contábeis oriundos das novas práticas contábeis e que não geram efeito caixa.

Custos e Despesas Operacionais	2014	2013	Variação (em %)
Com pessoal	(17.405)	(18.428)	-5,55%
Serviços de terceiros	(8.312)	(8.860)	-6,19%
Ônus variável da concessão	(3.138)	(4.479)	-29,94%
Manutenção e conservação	(36.262)	(33.418)	8,51%
Seguros e garantias	(3.307)	(5.986)	-44,75%
Honorários da administração	(1.939)	(1.708)	13,52%
Outros	(3.862)	(3.033)	27,33%
Subtotal	(74.225)	(75.912)	-2,22%
Depreciação e amortização	(20.471)	(17.795)	15,04%
Custo dos serviços de construção	(147.833)	(142.238)	3,93%
Serviços de manutenção em rodovias	(10.975)	(18.467)	-40,57%
Total	(253.504)	(254.412)	-0,36%

No ano de 2014, houve uma redução de 2,22% nos custos e despesas operacionais que passaram de R\$75.912 mil em 2013 para R\$74.225 mil no mesmo período de 2014. As principais variações foram:

- ⇒ Seguros e Garantias - 44,75%. Resultante da renovação dos seguros e garantias prestadas à Artesp com prêmios menores que 2013, refletindo a maturidade da Concessionária.
- ⇒ Ônus Variável - 29,94%. Devido à redução do ônus variável de 3% para 1,5%.
- ⇒ Serviços de Terceiros - 6,19%. Prospecção de fornecedores permitiu a otimização dos contratos de terceiros.
- ⇒ Serviço de manutenção em rodovias - 40,57%. Revisão das datas do próximo ciclo de recapeamento, culminando em menores provisões em 2014.



EBITDA E MARGEM EBITDA

O EBITDA apresentado na tabela abaixo é ajustado para melhor refletir a geração de caixa da Companhia, ou seja, com a exclusão das provisões para manutenções futuras exigida pelas novas práticas contábeis.

EBITDA (em R\$ mil)	2014	2013	Varição (em%)
Resultado Líquido do Período	(45.022)	(36.334)	23,91%
(+/-) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(19.189)	(18.781)	2,17%
(+/-) Resultado Financeiro Líquido	149.297	117.981	26,54%
(+/-) Depreciação e Amortização	20.471	17.795	15,04%
EBITDA	105.557	80.661	30,86%
(+/-) Provisão para Manutenções Futuras	10.975	18.467	-40,57%
EBITDA AJUSTADO (a)	116.532	99.128	17,56%
Receitas Operacionais (b)	190.743	174.967	9,02%
MARGEM EBITDA AJUSTADO (a/b)	61,09%	56,66%	4,44 p.p.

No ano de 2014, houve um aumento de 30,86% no EBITDA ajustado, que passou de R\$80.661 mil em 2013 para R\$105.557 mil em 2014. As principais variações foram:

- ⇒ Receitas de Pedágio: aumento de 9,02% devido ao crescimento de tráfego e reajuste tarifário.
- ⇒ Custos Operacionais: reduções do Ônus Variável, de Seguros e Garantias e Contratos com Terceiros, em 29,94%, 44,75% e 6,19% respectivamente.
- ⇒ A análise da Margem EBITDA mostra um aumento de 4,44 pontos percentuais.

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro de 2014 comparado ao ano de 2013, é decomposto:

Resultado Financeiro (em R\$ mil)	2014	2013	Varição (em%)
Juros sobre Debêntures e Notas Promissórias	(165.301)	(103.470)	59,76%
Juros sobre Mútuo	(17.038)	(3.577)	376,32%
Outras Despesas Financeiras	(1.131)	(33.368)	-96,61%
TOTAL DESPESAS FINANCEIRAS	(183.470)	(140.415)	30,66%
Receitas Financeiras	34.173	22.434	52,33%
TOTAL RESULTADO FINANCEIRO	(149.297)	(117.981)	26,54%

Em 2014, houve um acréscimo de 30,66% no Resultado Financeiro que passou de R\$ 117.981 mil em 2013 para R\$ 149.297 mil em 2014. As principais variações foram:

- ⇒ Juros sobre Mútuo: Correção do spread de 0,5% ao ano para 0,5% ao mês, conforme letra original do contrato.
- ⇒ Juros: substituição de notas promissórias de curto prazo para as debêntures de longo prazo. Em 2013, a principal dívida da Concessionária era formada por 600 notas promissórias no montante de R\$ 600 milhões, com vencimento em Agosto de 2013. Já em 2014, o endividamento da Concessionária é formado, principalmente, por debêntures com vencimento em 15 anos no montante de R\$ 1,065 bi, emitidas em Junho de 2013.
- ⇒ Receitas Financeiras: principalmente pelo maior caixa, resultante das Contas de Reservas associadas à emissão das Debêntures (cerca de 30% do total da emissão)



DEBÊNTURES

Conforme aprovado em reuniões do Conselho de Administração e Assembleia Geral Extraordinária realizadas em 13 de maio de 2013, bem como autorizada pela ARTESP, por meio de Deliberação do Conselho Diretor de 23 de maio de 2013, publicada no Diário Oficial da União em 30 de maio de 2013, a Companhia efetuou, em 15 de junho de 2013, a emissão de 1.065.000 debêntures simples, incentivadas de acordo com a lei 12.431, com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), sob regime de garantia firme de colocação, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantia real, em série única, nominativas e escriturais, perfazendo o montante total de R\$1.065.000 mil.

As debêntures foram objeto de oferta pública de distribuição registrada na CVM em conformidade com a Instrução CVM 400, e demais disposições legais, regulamentares e auto regulatórias aplicáveis. O registro da Oferta foi requerido por meio do procedimento simplificado instituído pela Instrução da CVM 471, sendo a oferta submetida previamente à análise da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA (“ANBIMA”).

Foram também realizados simultaneamente esforços de colocação das debêntures: (1) nos Estados Unidos da América em operações isentas de registro nos termos da U.S. Securities Act of 1933 para compradores institucionais qualificados, conforme definidos na Rule 144A editada pela Securities and Exchange Commission dos Estados Unidos (“SEC”); e (2) nos demais países, que não os Estados Unidos da América e o Brasil, para investidores que sejam pessoas não residentes nos Estados Unidos da América ou não constituídas de acordo com as leis daquele país, de acordo com a legislação vigente no país de domicílio de cada investidor e com base na Regulation S, editada pela SEC no âmbito do Securities Act.

Os recursos obtidos na data de liquidação, em 05 de julho de 2013, totalizaram R\$1.071.202. Esses recursos financeiros, líquidos de custos de captação de R\$65.320, foram utilizados na liquidação antecipada da 4ª série de Notas Promissórias comerciais, no montante de R\$610.210, em 05 de julho de 2013, e o restante permanecerá investido em contas reservas para garantir o pagamento dos juros sobre as debêntures, o financiamento parcial das obras previstas no Contrato de Concessão e de Custos Operacionais.

As debêntures estão garantidas pela alienação fiduciária das ações da Companhia e cessão fiduciária dos direitos creditórios oriundos da concessão.

As debêntures são remuneradas pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA (“IPCA”), apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, mais juros anuais de 8% e terão prazo de vigência de 15 (quinze) anos contados da data de emissão em 15 de junho de 2013, vencendo-se, portanto, em 15 de junho de 2028, porém com amortizações programadas do valor nominal a partir de 15 de dezembro de 2017. Os juros são pagos semestralmente. Já foram realizados três pagamentos, em 15 de dezembro de 2013 no montante de R\$ 43.653 mil, em 15 de junho de 2014, no montante de R\$ 43.365 mil e em 15 de dezembro de 2014, no montante de R\$ 46.517 mil.

PRINCIPAIS OBRAS E INVESTIMENTOS



Contorno de Piracicaba

Com início em abril de 2011, o Contorno de Piracicaba irá inserir o município em uma nova e importante realidade, já que é uma mudança esperada há mais de 20 anos pela população. Com 9 quilômetros de extensão a obra melhorará significativamente o tráfego na região, já que parte dos caminhões terá outra opção de trajeto, por fora do município. A mudança facilitará também o escoamento de produções e aumentará a fluidez dos veículos da cidade.

O valor já investido na obra é de R\$ 73 milhões e interligará a SP-308 (Rodovia do Açúcar – Salto a Piracicaba) com a SP-304 (Rodovia Luiz de Queiroz - Piracicaba a Americana) e SP-127 (Rodovia Cornélio Pires – Piracicaba a Rio Claro), passando pela SP-147 (Rodovia Deputado Laércio Cortes – Piracicaba a Limeira). A previsão de término da obra do contorno é em Julho de 2015 e a previsão de término da ponte é em Novembro.



Duplicação da SP-101

A primeira etapa de ampliação da rodovia Jornalista Francisco Aguirre Proença (SP 101) – que liga Campinas a Capivari – foi concluída e entregue em maio de 2013 com 3,24 quilômetros de vias duplicadas (km 11+400 ao 14+640), dispositivo de acesso e retorno no km 13+500, duas passarelas e quatro pontos de ônibus, com investimento total de R\$ 11,6 milhões.

A segunda fase da duplicação da SP-101, entre os km 14+640 e km 25+700, está em andamento desde setembro de 2013. Com investimento de R\$ 49 milhões, a obra é de alta complexidade, pois é realizada em trecho densamente urbanizado. Estão em construção duas pontes, sendo uma sobre o rio Capivari e outra sobre o Córrego Aterrado, cinco passarelas (quatro já entregues), dez pontos de ônibus e quatro novos dispositivos de acesso e retorno. A previsão de término da obra é em Abril de 2015.

PRINCIPAIS OBRAS E INVESTIMENTOS



Duplicação da SP-308

A duplicação da Rodovia Comendador Mário Dedini (SP 308), que liga Salto a Piracicaba ocorrerá em 2 etapas. A primeira teve início em 2012 e com término previsto para Março de 2015. Compreende o trecho entre Piracicaba e Capivari, com 25,8 quilômetros de duplicação (dos quais 18 quilômetros já foram entregues em agosto de 2014), além da construção de seis dispositivos de acesso e retorno, com investimento já realizados de R\$ 80 milhões. O segundo trecho terá início em 2015 e término previsto para 2017, cinco anos antes da data prevista no Contrato de Concessão (2022).



Demais Obras em Andamento em 2014

- ⇒ Implantação de Passarelas na SP 101: investimento de R\$ 2,4 milhões
- ⇒ Melhoria em Dispositivos na SP 300: investimento de R\$ 7 milhões

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Responsabilidade Social - Valorização da Vida

Em 2014 a concessionária deu continuidade nas campanhas iniciadas no ano de 2013 Abrace a Vida - motociclista, Abrace a Vida - pedestre e Abrace o Trânsito - escola.

Como parte do Programa de Redução de Acidentes, as ações visam à redução do número de acidentes com motociclistas e pedestres e a orientação de crianças sobre segurança no trânsito. No ano de 2013, houve redução de 22,3% das vítimas fatais no trecho sob a concessão da empresa.

As campanhas têm parceria da Associação Brasileira de Distribuidores Honda (AssoHonda), material didático, spots nas rádios CBN Campinas e Onda Livre de Piracicaba, cartazes e folhetos afixados e distribuídos em parceria com a Empresa Metropolitana de Transporte Urbano (EMTU), 30 pontos com faixas instaladas ao longo das rodovias, eventos com checkup mecânico básico em motos e palestras ministradas em empresas.

O Abrace o Trânsito/Escola foi criado para conscientizar as crianças sobre os riscos do trânsito, pois além de usuárias são excelentes multiplicadoras do conhecimento. As primeiras edições foram realizadas com alunos de 9 a 12 anos da rede municipal de Salto e foram estendidas para o município de Elias Fausto. O Abrace o trânsito promove uma manhã lúdica com apresentação de vídeos do Denatran, palestras de orientação e visita ao Centro de Controle Operacional da Concessionária.

Meio Ambiente

Durante o ano de 2014, a Concessionária realizou o plantio de 12 mil mudas nativas em áreas próximas à cidade de Monte Mor e à rodovia Comendador Mário Dedini (SP 308). Estas iniciativas fazem parte do programa de Recuperação Ambiental que define a compensação verde às obras de duplicação das rodovias, de implantação de dispositivos de acesso e retorno e recuperação de acostamento.

A empresa realizará o plantio de 45 mil mudas de árvores nativas da Mata Atlântica e do Serrado em três parques da cidade de Salto.

Além do plantio e preservação de mudas e vegetação, a empresa mantém as rodovias limpas. Nos primeiros nove meses de 2014 foram retiradas 192,7 toneladas de lixo comum, além de 185,7 de toneladas de lixo para reciclagem e 57,8 toneladas de pneus e materiais de acidentes que também são destinados para a reciclagem.



BALANÇO PATRIMONIAL

Ativo	31/12/2014	31/12/2013
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	11.966	2.673
Aplicações financeiras vinculadas (Nota 5)	29.361	93.262
Contas a receber (Nota 6)	18.218	16.759
Despesas antecipadas	1.572	2.018
Tributos a recuperar	313	5.454
Outros ativos	788	1.253
	62.218	121.419
Não circulante		
Aplicações financeiras vinculadas (Nota 5)	207.525	254.838
Impostos a recuperar	13.311	0
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Notas 7.a)	46.207	27.018
Despesas antecipadas	374	239
Imobilizado (Nota 8)	10.615	9.030
Intangível (Nota 9)	1.064.798	932.918
	1.342.830	1.224.043
Total do ativo	1.405.048	1.345.462

Passivo	31/12/2014	31/12/2013
Circulante		
Fornecedores e prestadores de serviços	34.735	22.564
Empréstimo	-	37.797
Debêntures (Nota 12)	3.911	3.336
Credor pela concessão	267	257
Obrigações tributárias	1.911	2.242
Obrigações trabalhistas	4.423	3.737
Provisões (Nota 11)	1.067	829
Outros passivos	229	228
	46.543	70.990
Não circulante		
Provisões (Nota 11)	47.289	36.314
Debêntures (Nota 12)	1.103.321	1.027.049
Mútuos a pagar a partes relacionadas (Nota 10.b)	62.229	45.191
Outros passivos	2.468	2.698
	1.215.307	1.111.252
Total do passivo	1.261.850	1.182.242
Patrimônio líquido (Nota 13)		
Capital social	248.578	223.578
Prejuízos acumulados	(105.380)	(60.358)
Total do patrimônio líquido	143.198	163.220
Total do passivo e patrimônio líquido	1.405.048	1.345.462



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Demonstração dos Resultados (em R\$ mil)	31/12/2014	31/12/2013
Receita operacional líquida (Nota 14)	338.577	317.206
Custos dos serviços prestados (Nota 15)	(240.663)	(238.559)
Lucro bruto	97.914	78.647
Despesas e receitas operacionais:		
Gerais e administrativas (Nota 15)	(12.840)	(15.853)
Outras receitas operacionais, líquidas	12	72
	(12.828)	(15.781)
Lucro antes das despesas e receitas financeiras	85.086	62.866
Despesas financeiras (Nota 16)	(183.470)	(140.415)
Receitas financeiras (Nota 16)	34.173	22.434
	(149.297)	(117.981)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(64.211)	(55.115)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 7.b)	19.189	18.781
Prejuízo do período	(45.022)	(36.334)
Prejuízo básico e diluído por ação – em R\$ (Nota 18)	(0,0019554)	(0,0016251)



FLUXO DE CAIXA

Fluxo de Caixa (em R\$ mil)	30/09/2014	30/09/2013
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do período	(45.022)	(36.334)
Ajustes para reconciliar o prejuízo ao caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 7.b)	(19.189)	(18.781)
Depreciação e amortização (Nota 15)	20.471	17.795
Variação monetária e reversão do ajuste a valor presente sobre a provisão para investimentos em rodovias (Nota 16)	238	746
Juros e variações monetárias (Nota 16)	165.301	65.779
Perda (ganho) em operação com derivativo (Nota 16)	-	31.467
Provisão para demandas judiciais e outras provisões	0	8
Perda na baixa de bens do ativo intangível e imobilizado	46	418
Rendimento de aplicação financeira (Nota 16)	(34.119)	(14.419)
Juros sobre mútuos com partes relacionadas (Nota 10.b)	17.038	3.557
Provisão para manutenção em rodovias (Nota 11.c)	10.975	18.467
	<u>115.739</u>	<u>68.703</u>
Variação nas contas de ativo:		
Contas a receber	(1.459)	1.075
Despesas antecipadas	311	2.967
Tributos a recuperar	(8.170)	(1.620)
Outros ativos	465	(771)
Variação nas contas de passivo:		
Fornecedores e prestadores de serviços	12.171	2.323
Credor pela concessão – ônus variável	10	(321)
Obrigações tributárias	(331)	(680)
Obrigações trabalhistas	686	151
Outros passivos	(229)	(296)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>119.193</u>	<u>71.531</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aplicação financeira	(4.800)	(383.529)
Resgate de aplicações financeiras	150.133	49.847
Investimentos no ativo imobilizado	(3.147)	(1.153)
Provisão para investimentos em rodovias – pagamentos (Nota 11.b)	-	(4.986)
Investimentos no ativo intangível	(150.835)	(138.079)
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento	<u>(8.649)</u>	<u>(477.900)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Integralização de capital	25.000	-
Pagamento de empréstimo (principal e juros)	(37.797)	(649.221)
Pagamento de juros sobre notas promissórias, financiamentos e debêntures	(88.454)	(40.070)
Captação de Empréstimos	-	44.500
Captação de Debêntures	-	1.005.882
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	<u>(101.251)</u>	<u>361.091</u>
Acréscimo líquido no caixa e equivalentes de caixa	<u>9.293</u>	<u>(45.278)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	<u>2.673</u>	<u>47.951</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	<u>11.966</u>	<u>2.673</u>



RELACIONAMENTO COM O AUDITOR

No período findo em 31/12/2014, a Concessionária não contratou a Ernst Young Auditores Independentes S.S. ("EY") para a realização de outros trabalhos adicionais em adição à auditoria das demonstrações contábeis e revisão especial das informações trimestrais (ITR's) relativas ao exercício de 2014.

A Administração da Companhia entende que os serviços mencionados acima são caracterizados como serviços relacionados à auditoria e, por consequência, não afetam a independência e objetividade da EY, necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria de acordo com as regras vigentes no Brasil.

Ao contratar outros serviços de seus auditores externos, a política de atuação Companhia se fundamenta nos princípios que preservem a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.